

Agenda Legislativa Prioritária

03/04/2023

EDILSON BALDEZ DAS NEVES

Com o retardo da reforma tributária, que anda a passos curtos no Congresso Nacional, a dinamização econômica do país fica, cada vez, mais difícil de ser retomada. A remodelação do complexo sistema tributário nacional é prioritária para estimular a atração de investimentos, dar mais competitividade às empresas nacionais e, conseqüentemente, incentivar o crescimento econômico sustentável.

A Confederação Nacional da Indústria-CNI colocou o tema entre as principais prioridades da 28ª Agenda Legislativa da Indústria, lançada pelo presidente da entidade, Robson Braga de Andrade, acompanhado dos presidentes de todas as Federações, dia 28, em Sessão Solene Conjunta do Congresso Nacional, no Plenário da Câmara dos Deputados com a presença dos Presidentes do Senado Federal, Rodrigo Pacheco, e da Câmara Federal, Arthur Lira.

Entre as proposições e projetos de leis listados como relevantes para a indústria brasileira que poderão causar impacto no ambiente de negócios, destacam-se a Reforma Tributária, a regulamentação do Mercado de Carbono e a modernização do Setor Elétrico. No total a agenda contempla doze pautas urgentes escolhidas por 139 entidades.

A Reforma Tributária, por se encontrar há longo tempo em tramitação, está entre as pautas preferenciais da entidade, levando em conta que o segmento industrial sofre com o emaranhado de normas do confuso Código Tributário em vigor. É preciso inovar. Precisamos de legislação atualizada e moderna, que ofereça às empresas melhores condições de competição, estimulando a geração de emprego e renda e de maiores benefícios à população, a base mais impactada com a carga excessiva de impostos.

A CNI defende neste momento como a melhor estratégia, devido a complexidade e a amplitude do tema, dividir a Reforma Tributária em duas etapas. Ela sustenta que, em um primeiro momento, o Congresso se debruce sobre a reestruturação dos impostos incidentes sobre o consumo e, depois, avance na tributação sobre as empresas.

O presidente da CNI enumerou também outros importantes projetos que fazem parte da Agenda Legislativa, como o Marco Legal das Garantias e o Licenciamento Ambiental, demandas essenciais da pauta mínima da Indústria, que tramitam no Legislativo. Essa reforma poderá ajudar a reindustrialização, o que significa revigorar a participação do setor industrial no PIB brasileiro que já chegou a representativos de 48%, e hoje, 24%. Mesmo com a perda de posição a indústria ainda gera 10,3 milhões de empregos diretos e contribui 34,4% da arrecadação tributária nacional. A indústria responde também por 69,3% em valor de exportações, e por 66,4% dos investimentos privados em ciência e tecnologia.

Várias propostas de dar uma versão mais abrangente e lógica ao sistema tributário brasileiro naufragaram pelo pouco interesse do Executivo, do Legislativo e da sociedade que não acharam solução eficiente para sua aprovação. Um dos maiores entraves é derrubar a inércia que bloqueia

cada etapa de qualquer projeto que trate desse polêmico tema, tão significativo para a nossa economia e o desenvolvimento do país.

Precisamos ficar atentos. O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central manteve a taxa de juros em 13,75%, índice que prejudica o acesso ao crédito e dificulta a expansão da economia, refletindo-se diretamente em todos os segmentos produtivos e no mercado. Entretanto, ela permite maior controle da inflação, evitando dano mais intenso à economia e aos brasileiros. Com a reforma tributária aprovada, certamente o patamar inflacionário poderá ser controlado.

Muitas vezes abordei a temática da taxa excessiva de tributos e a dificuldade de conviver com esse fardo pesado que onera as empresas e as famílias. Sempre é bom repetir que o código atual, já defasado, dificulta a competitividade do mundo de negócios. Precisamos gerar empregos, de garantia jurídica e avançar com nova legislação tributária suportável pelos vários segmentos da economia que nos permita alcançar o mercado internacional, com a adoção de inovação, tecnologia e preços competitivos, atributos que só serão conquistados com essa importante reforma.

Aprovar a reforma tributária, não vai ser tarefa fácil. Mas a sua regulamentação fará um bem enorme à nação.

Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão - FIEMA

Vice-Presidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI

Diretor Regional do Serviço Social da Indústria - SESI-MA

Presidente do Conselho Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI-MA

Diretor Presidente do Instituto Euvaldo Lodi – IEL-MA